

---

# Portugal, as telecomunicações e a Grande Guerra

María Fernando Rollo

Ana Paula Pires

Instituto de História Contemporânea  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa

## 1. UMA TEIA (IN)VISÍVEL

O processo de afirmação das redes nacionais de telecomunicações como instrumentos de competição, à escala global, teve início durante a primeira metade do século XIX. Os governos, em cada país, desde logo perceberam as potencialidades do novo meio de comunicação, compreendendo a importância/indispensabilidade do controlo dos respectivos fluxos de informação, encarando-os como elementos essenciais à expansão da sua influência política, económica e cultural.

França inaugurou em 1845 a primeira linha de telégrafo eléctrico ligando as cidades de Paris e Rouen. Em Novembro de 1852, através das linhas da Submarine Telegraph Company e da European and American Telegraph Company, Londres e Paris comunicavam directamente através do telégrafo eléctrico. No final da década de 1860, a Europa continental era cruzada por 180 000 Km de fios telegráficos. Do outro lado do Atlântico, o voluntarismo americano imprimira um ritmo de desenvolvimento ainda mais dinâmico: em 1851 já existiam 50 empresas exploradoras do telégrafo; quatro anos mais tarde, em 1855, 45 000 km de linha cruzavam o território dos Estados Unidos.

A internacionalização da economia, não sendo um fenómeno novo, alcançou ao longo do século XIX um ritmo e uma intensidade diferentes: a rede de transacções de bens e pessoas estendeu-se trazendo para o centro da

economia-mundo espaços remotos e periféricos. As exportações europeias quadruplicaram entre 1848 e 1875, a navegação mercante mundial passou, entre 1840 e 1870, de 10 para 16 milhões de toneladas, e a rede de caminhos-de-ferro cresceu de 200 000 quilómetros, em 1870, para cerca de 1 milhão pouco antes da Primeira Guerra Mundial.

As comunicações (terrestres e “voz”), adquiriram uma nova dimensão, transformando-se, na segunda metade do século XIX, no principal instrumento da construção de uma internacionalização que envolveu e desencadeou um cenário de mutação global e geral, suscitada pelo salto tecnológico que produziu a Revolução Industrial (ou se se preferir, as duas Revoluções Industriais). O dinamismo económico destes anos reforçava a crença positivista no conceito de progresso, ao mesmo tempo que promovia a aliança entre a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico. A ciência saía do experimentalismo laboratorial, invadindo e transformando o quotidiano de finais do século: durante a noite quando a electricidade substituíra as luzes baças dos candeeiros a gás nas ruas das principais praças mundiais, ou quando o vapor e o telégrafo encurtavam, cada vez mais, as distâncias que separavam Londres da Índia ou o Porto e Lisboa dos Estados Unidos da América.

A mobilidade tornara-se mais fácil de alcançar: para o europeu culto era agora mais fácil viver entre Paris e Londres, mas também para os operários e camponeses era agora possível sair da periferia da Europa, oferecendo a sua força de trabalho às fábricas e centros industriais do Velho e do Novo Mundo. Por outras palavras, assiste-se à criação de uma economia global, apoiada numa rede cada vez mais densa de circulação de pessoas, capitais e mercadorias, realidade visível, aliás, num movimento de interdependência contínua, e crescente, entre países desenvolvidos e o mundo subdesenvolvido. Reflexo dessa realidade de acentuada interconexão, permitindo compreender melhor o seu sentido e o seu alcance, é precisamente a adopção de sucessivas convenções internacionais regulamentando os serviços telegráficos e postais, mas também os horários e a circulação dos comboios.

Francamente visível em toda esta história era na realidade o carácter imperioso com que países como a Alemanha ou a Grã-Bretanha tinham partido à



conquista de novos mercados, tanto para colocarem como para adquirirem matérias-primas e produtos manufacturados. Recorde-se também que, desde 1890, todas as potências europeias, os Estados Unidos da América e o Japão, partilhavam a mesma unidade monetária internacional: o padrão-ouro, o que acabou por determinar que as transacções fossem calculadas em moedas de valor praticamente imutável.

Daí, apesar de uma cada vez mais acentuada corrida aos armamentos, a certeza de que a internacionalização da economia ou, preferindo, o robustecimento das relações comerciais e financeiras, constituiria, por si só, um forte entrave à eclosão de um conflito envolvendo as principais potências europeias; por outro lado, era também sólida a convicção de que, em caso de confronto, este teria necessariamente que ser breve. Recordem-se, a propósito, as posições anti-guerra da *city* londrina e a própria postura do governo inglês, ao considerar, inicialmente, que a única forma de evitar um colapso total no crédito europeu era, num cenário de guerra na Europa, a Grã-Bretanha optar pela neutralidade. Ao nível das estratégias importa ainda referir que, no quadro internacional, logo em 1911, poucos dias antes da sua nomeação para o Almirantado, Winston Churchill tinha já acentuado em vários textos que a “(...) preservação da riqueza, dos recursos naturais e do território do Estado dependia de uma preparação adequada para a guerra”<sup>1</sup>.

Entretanto, em 1840, Wheatstone tinha experimentado enviar sinais telegráficos através de cabos submarinos colocados no Canal da Mancha. O ensaio, provando embora a possibilidade técnica, falhara por falta de condições de isolamento. Caberia ao cientista Michael Faraday sugerir que se isolassem os cabos com “guta percha”, a fim de poderem ser assentes debaixo da terra ou no fundo do mar. O primeiro cabo, entre Londres e Paris, entrou em funcionamento em 1851; em 1866 era assente um cabo telegráfico transatlântico, ligando as Ilhas Britânicas à Terra Nova.

1 Martin Gilbert, *Winston Churchill*, Lisboa: Bertrand Editora, Setembro de 2005, 187.



## 2. O LUGAR DE PORTUGAL

Datando embora de 1855 as primeiras propostas de companhias internacionais para a construção de cabos recebidas em Portugal, só a 14 Agosto de 1869 é que o governo estabeleceu o método de concessão: o diploma dava prioridade às ligações Portugal / Inglaterra; Portugal / Gibraltar e Portugal / América do Norte, tocando em pelo menos uma das ilhas dos Açores<sup>2</sup>.

Catorze anos e dezassete propostas depois, foi adjudicada a Jules Despecher representante da *Falmouth-Gibraltar and Malta Telegraph Company Limited*, companhia britânica de cabos submarinos, a concessão de um cabo submarino ligando Portugal à Inglaterra e a Gibraltar. O projecto começara a ser discutido em Julho na Câmara dos Deputados, merecendo o aplauso da totalidade dos parlamentares. O primeiro contrato de concessão português, pelo qual se antevia a ligação telegráfica entre Lisboa e Gibraltar, foi assinado em Março de 1870.

A 2 de Junho, desse mesmo ano, chegaram ao Tejo os três navios que iriam proceder ao lançamento do cabo submarino; os trabalhos de ligação entre Penzance (Inglaterra) e Carcavelos (Portugal) iniciaram-se seis dias depois. Às 7,25m do dia 8 de Junho, D. Luís recebia no Palácio da Ajuda a primeira mensagem: um telegrama de felicitações enviado pela rainha Vitória. Em conexão directa com a sua mais antiga aliada, Portugal estava também ligado a Gibraltar, Malta, Índia e China.

No ano seguinte, a companhia requereu nova concessão, em contrato adicional, por falha da primeira instalação. A proposta de lei que apresentava o novo contrato sublinhava então, paralelamente à importância de tais ligações para o posicionamento português em termos internacionais, os lucros obtidos pela cobrança de taxas de trânsito sobre a passagem de telegramas nesta via.

---

2 Ver sobre a construção e desenvolvimento da rede de cabos submarinos em Portugal e sobre a história das telecomunicações em geral, Maria Fernanda Rollo, *História das Telecomunicações em Portugal. Da Direcção Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom*, com a colaboração de Ana Paula Pires, Maria Inês Queiroz e João Moreira Tavares, Lisboa: Tinta da China, 2009.

Mais tarde, em 1872, a *Falmouth-Gibraltar and Malta* foi incumbida do estabelecimento das ligações à Madeira, Cabo Verde e Brasil. Portugal definia opções e estratégias, estabelecendo como prioritárias as ligações com a Madeira e os Açores, os EUA, as possessões africanas e o Brasil.

As comunicações telegráficas eram também cruciais para os impérios coloniais. Primeiro, em África, depois, na Ásia, na América e na Oceânia, o Império português cresceu à medida dos interesses comerciais, políticos e militares, invadindo lugares totalmente distintos, não só do ponto de vista geográfico e económico, como civilizacional... despertando, em suma, o interesse das companhias de cabos submarinos, nomeadamente as inglesas, que se apressavam a propor a instalação e exploração de novas ligações.

As propostas apresentavam algumas vantagens para Portugal; para além de melhorarem e reforçarem a acção do poder metropolitano sobre as colónias, permitiam a sua ligação com o resto do Mundo, integrando-as na vasta rede internacional de telecomunicações que então se começava a desenhar e a densificar. Portugal acabou por estabelecer cinco importantes contratos:

- com a *Falmouth-Gibraltar and Malta Telegraph Company* - ligação Madeira-Brasil passando por Cabo Verde (1872);
- com a *Eastern Telegraph Company Limited* - amarração do cabo Aden-Natal na ilha de Moçambique e em Lourenço Marques (1879);
- com a *Eastern Extension Australasia and China Telegraph Company Limited* - conexão de Macau a Hong-Kong e à ilha da Taipa (1884);
- com o conde polaco Thadeu Oksza - ligação Lisboa- Luanda, tocando em S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, a Guiné e o Senegal (1884) e que acabaria por ser transferida para a companhia *India Rubber Guttapercha Telegraph Works Limited*, que prolongou esta linha telegráfica até à Cidade do Cabo, com passagem por Novo Redondo, Moçâmedes e Benguela (1885);
- com o Governo francês para a ligação das ilhas de Moçambique e de Madagáscar (1895).



Entretanto, no seguimento do processo de concentração de participações executado pela *Eastern Telegraph Company Limited* esta adquiriu a concessão da *Falmouth*, em transferência autorizada pelo governo português em Março de 1873. As vantagens e lucros sobre estas concessões incidiam também sobre a melhoria de resultados comerciais, como reflectiria o caso da ligação entre Portugal e o Brasil, contratada em 1872 à *Falmouth*, transferida em 1874 para a *Brazilian Submarine Telegraph Company*. A 24 de Abril de 1874 foi inaugurada a ligação entre a Madeira e S. Vicente de Cabo Verde, ao longo do ano, a rede de cabos submarinos estender-se-ia pelo Atlântico Sul até Pernambuco, com ligação à Inglaterra via Carcavelos.

No seu conjunto, o capital britânico, embora não exclusivo, assumiu especial relevo na celebração de contratos com o governo português, num contexto de consecutivas fusões entre grandes companhias de cabos submarinos. As relações desenvolvidas em torno destas e de outras companhias ilustram a protecção aos interesses do Estado, a par da liberdade de exploração concedida.

Em sentido contrário aos efeitos económicos ‘benignos’ destas concessões, outros contratos foram anulados por não cumprimento das cláusulas estabelecidas, sem que oferecessem condições de segurança para a sua prossecução. Foram casos como este o de uma primeira proposta de ligação, em 1870, com o norte do continente americano, sob representação de várias companhias por Charles Stockes, que, ultrapassando o prazo previsto para início dos trabalhos, acabou por ser anulada em 1873.

Entre as principais polémicas relativas às ligações telegráficas submarinas, colocava-se a questão da amarração de cabos no arquipélago dos Açores, suscitando um debate inflamado participado pelos representantes açorianos que se prolongou por vários anos. Uma das dificuldades que comprometia as negociações do cabo dos Açores decorria da lei que, promulgada a 14 de Agosto de 1869, possibilitava ao governo abrir concessões de, no máximo, vinte anos, para exploração de linhas telegráficas submarinas consideradas de interesse público. Justificando-se com esta mesma lei e o que nela se estipulava quanto à exigência de concurso público, o governo enjeitou sucessivas propostas de companhias que aí pretendiam estabelecer explorações, sob o



argumento de que estas não ofereciam garantias financeiras ou reclamavam monopólios além dos vinte anos previstos. Era, pois, contra uma lei tomada como desactualizada que se confrontavam os interesses das diversas companhias proponentes.

Londres compreendeu desde o início o que significava controlar a rede mundial de cabos submarinos, e dominar a sua tecnologia: não só a centralização política e administrativa do seu império se tornou mais fácil e económica, como lhe era possível supervisionar a expansão política, militar e económica das outras potências.

A Grã Bretanha iniciou então a construção de uma “rede vermelha” (dominada só por pontos controlados por Londres), procurando, a partir dos anos 70, criar o máximo de trajectos alternativos, de modo a ultrapassar os inconvenientes que poderiam resultar da destruição de uma estação ou do corte de um cabo. Carcavelos, perto de Lisboa, tinha como alternativas a ligação Londres/Carcavelos/Vila Real de Santo António/Gibraltar. A 24 de Abril de 1874 era inaugurada a ligação entre a Madeira e S. Vicente de Cabo Verde. Ao longo do ano, a rede de cabos submarinos iria estender-se pelo Atlântico Sul até Pernambuco, com ligação à Inglaterra via Carcavelos.

O território português e o Atlântico iam ganhando importância, à medida que a rede de cabos submarinos britânica se complexificava. A verdade é que os impulsos eléctricos que possibilitavam a transmissão de mensagens iam enfraquecendo quando a distância aumentava, tornando indispensável a utilização de estações, terrestres, que retransmitissem o sinal. Os Açores assinalavam um ponto de apoio intermédio entre os continentes europeu e americano, alimentando os apetites francês, alemão e americano, para além do já nutrido poderio britânico.

Os territórios portugueses, ilhas do Atlântico e colónias africanas, tornaram-se, desta forma, pontos estratégicos para a rede de cabos submarinos britânica. O seu eixo central era constituído pelo triângulo Lisboa/Cabo Verde/Açores.



### 3. A IMPORTÂNCIA DOS AÇORES

A internacionalização da realidade periférica açoriana e a projecção/aproximação dos Açores ao mundo “moderno” adquiriu novos contornos após a ligação do arquipélago à rede mundial de comunicações por cabo.

Com a segunda metade do século XIX surgiu um conjunto de inovações e melhorias no sector dos transportes e comunicações, produzindo um efeito combinado de informação, velocidade, regularidade e organização que contribuíram para a criação da ideia de uma unidade planetária, liderada, nesta primeira fase, pela Grã-Bretanha<sup>3</sup>.

Em 1869, a sociedade britânica *American British and Continental Cable Company* informava o governo português da sua intenção de estabelecer uma ligação via cabo submarino entre Nova Iorque e Inglaterra, pedindo-lhe autorização para que o cabo tocasse em qualquer ponto das ilhas dos Açores<sup>4</sup>. A utilização dos Açores como ponto intermédio da ligação Europa /América foi várias vezes solicitada ao longo da década de 70, contudo, todas as propostas apresentadas falharam ou por oposição da Inglaterra, ou porque os EUA não permitiram a amarração de um cabo que se baseasse num exclusivo ou por falta de capitais dos concessionários<sup>5</sup>.

Sublinhe-se ainda que, grande parte das propostas apresentadas ao Governo português apenas previa a ligação Inglaterra/Açores/América do Norte, ao passo que Portugal queria, também, ver incluída uma ligação directa entre qualquer uma das principais ilhas dos Açores e Lisboa.

No início dos anos 80, os Açores continuavam sem comunicações telegráficas com o continente e com o estrangeiro. O ritual mantinha-se: abertura de

---

3 Sobre o domínio britânico no sector das telecomunicações ver Daniel R. Headrick, *The Invisible Weapon. Telecommunications and International Politics*, New York/Oxford: Oxford University Press, 1991.

4 “Assuntos do dia” in *Diário de Notícias*, n.º 1478, de 14 de Dezembro de 1869, 1.

5 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 24 de Março de 1873, 879. Cf. igualmente António José Telo, *Os Açores e o controlo do Atlântico*, Lisboa; Edições Asa, 1993, 170.



concursos, recepção de propostas, mas os resultados continuavam a não ser favoráveis. Os representantes da ilha no Parlamento alertaram porém reiteradamente o Ministério das Obras Públicas para os benefícios que o estabelecimento de um cabo submarino traria para a navegação e comércio e também para o desenvolvimento da actividade científica no arquipélago. Assim se lhe referia o deputado Caetano de Andrade: “(...) as comunicações telegráficas são indispensáveis, porque sem elas não se podem criar nos Açores bem organizados postos meteorológicos, com os quais a ciência tem muito a ganhar para o estudo dos fenómenos magnéticos e muitas observações meteorológicas importantes, que para terem o devido alcance precisam ser prontamente comunicadas aos diversos observatórios do globo, o que só a telegrafia eléctrica nos permitirá a benefício da ciência e da humanidade”<sup>6</sup>. O deputado terminava a sua intervenção com um pedido: “Dêem aos Açores um cabo telegráfico, que os ponha em comunicação com o velho e o novo mundo, iluminem-lhes as costas com uma racional, embora económica distribuição de faróis, e terão centuplicado nos seus portos a navegação de todo o mundo!”<sup>7</sup>

A iluminação das costas marítimas do arquipélago era outro dos problemas que aguardava resolução: existia um único farol na extremidade nordeste do arquipélago o que, a par da ausência de comunicações telegráficas internacionais, contribuía para que os navios evitassem “(...) terras que ao navegante não oferecem as garantias que a civilização hoje oferece nos países marítimos a toda a navegação que deles se aproxima!”<sup>8</sup>

Foi Hintze Ribeiro quem procurou resolver o impasse em que se transformara a ligação dos Açores à rede mundial de cabos submarinos. Coube-lhe, enquanto ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a revogação da lei de 14 de Agosto de 1869 que obrigava o Governo a conceder mediante concurso público ligações telegráficas submarinas, autorizando a contratação directa “(...) e sem dependência de concurso, o lançamento de qualquer linha telegráfica submarina, que, partindo do continente de Portugal, ou da

6 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 19 de Fevereiro de 1881, 629.

7 *Idem*.

8 *Idem*.

Ilha da Madeira, e dirigindo-se à América, ou a qualquer ponto do globo, toque em alguma ou algumas das ilhas do arquipélago dos Açores”<sup>9</sup>.

Porém, no limiar da década de 90, o cabo Lisboa-Açores continuava sem estar estabelecido; realidade que dava azo a todo o tipo de críticas e comentários... No Parlamento, o deputado Sousa e Silva sublinhava o facto dos açorianos se encontrarem “(...)mais longe da metrópole, do que Angola, Moçambique, o Cabo ou quaisquer outras colónias portuguesas, ou estrangeiras das quatro partes do mundo”<sup>10</sup>. Na realidade, em Dezembro de 1885 tinha sido já constituída, a *African Direct Telegraph Company* encarregue de estabelecer ligações telegráficas com a costa ocidental africana.

Companhias estrangeiras relevantes, como a *International Cable Company* ou a *Société Française des Telegraphes sous Marines*, haviam demonstrado interesse em contratar com o Estado o lançamento e exploração do cabo telegráfico dos Açores; todavia, a incapacidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, obrigara à anulação dos contratos<sup>11</sup>. Acabou por caber novamente a Hintze Ribeiro, estando desta vez à frente da pasta dos Negócios Estrangeiros, a iniciativa de convocar uma reunião com todos os representantes do arquipélago, pares e deputados, para lhes falar da indispensabilidade e urgência que havia na construção de um cabo submarino, defendendo que a melhor maneira de garantir a execução da ligação seria estabelecê-la por conta do Estado. Mas, a crise económica e financeira que o País então vivia, obrigou ao abandono completo deste projecto.

Por fim, o Governo português acabou por contratar, a 17 de Junho de 1893, com a *Telegraph Construction and Maintenance Compay*, o estabelecimento e exploração do cabo submarino de Lisboa aos Açores<sup>12</sup>. Em ofício datado de

---

9 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 17 de Fevereiro de 1882, 385.

10 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 5 de Junho de 1889, 1052.

11 Cf. *Diário do Governo*, n.º 143 de 28 de Junho de 1890, cf. também *Diário do Governo*, n.º 87 de 19 de Abril de 1893.

12 *Diário do Governo*, n.º 134 de 17 de Junho de 1893. Os privilégios da concessão são transferidos para a *Europe and Azores Telegraph*, por decreto de 17 de Novembro do mesmo ano, veja-se *Diário do Governo*, n.º 261, I série, de 17 de Novembro de 1893.

30 de Setembro de 1893, o Inspector Geral dos Telégrafos, Paulo Benjamim Cabral<sup>13</sup>, dava conta da “(...) conclusão do lançamento dos cabos submarinos de Lisboa a Ponta Delgada, desta a Horta e dos quatro cabos interinsulares que são desde já propriedade do estado nos termos do contrato de 17 de Junho último, celebrado entre o governo e a Telegraph Construction and Maintenance Company”<sup>14</sup>. A 6 de Novembro de 1893 seria então inaugurada a estação do cabo submarino de Santa Cruz da Ilha Graciosa.

A ligação Lisboa-Açores-Estados Unidos da América foi estabelecida em duas fases: entre 1890 e 1893 foi traçada a ligação Lisboa-Açores, ao passo que o eixo Açores-Estados Unidos só foi construído entre 1897 e 1900.

Coincidindo com o lançamento destas primeiras ligações foi constituída a *The Europe and Azores Telegraph Company*, subsidiária do *Eastern Group*, e que ficou encarregue de explorar “(...) os direitos e privilégios relativos ao cabo submarino de Portugal aos Açores”<sup>15</sup>. Em Abril de 1895 o Governo autorizou a transferência da concessão da *Telegraph Construction and Maintenance Company*, para a *Europe and Azores*<sup>16</sup>.

Foi então dado à companhia inglesa o exclusivo da exploração das ligações telegráficas entre os Açores e os Estados Unidos da América. Saliente-se que em 1898 os governos alemão e americano já haviam demonstrado interesse

13 Paulo Benjamim Cabral (1853-1911). Professor do curso prático dos correios e telégrafos, conselheiro e lente da cadeira de Electrotecnicia, no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Tinha o curso geral da Escola Politécnica de Lisboa e o de engenheiro pela Escola do Exército. Entrou ao serviço do Ministério das Obras Públicas, na direcção dos Telégrafos e Faróis do Reino, em 1876. Em 1892, Benjamim Cabral assumiu o cargo de Inspector Geral dos Telégrafos, que desempenhou até 17 de Novembro de 1910, data em que foi aposentado pelo Governo da República.

14 O ofício a que se faz referência relata com algum pormenor o decurso dos trabalhos. Cf. Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações (AFPC), *Contratos de Concessão*, Pasta 3.7.1/M1, Ofício datado de 30 de Setembro de 1893 enviado pelo Inspector Geral dos Telégrafos. Veja-se ainda “A inauguração do cabo submarino dos Açores” in *O Ocidente*, Ano XVI, Volume XVI, n.º 528 de 21 de Agosto de 1893, 194-195.

15 *Diário do Governo*, n.º 261 de 17 de Novembro de 1893.

16 *Diário do Governo*, n.º 89 de 23 de Abril de 1895.

em amarrar cabos nos Açores, e que os EUA consideravam mesmo que todos os países interessados deveriam poder amarrar os cabos onde desejassem, sem exclusivos<sup>17</sup>.

Ao longo da década de 90 a Alemanha surgiu como o principal rival da Inglaterra na construção de uma rede de cabos submarinos própria, confrontando-se com o constrangimento de não dispor de pontos de amarração, próximos do continente Europeu, que controlasse directamente. Os territórios português e espanhol surgiam então como a hipótese mais viável, pois as alternativas obrigavam à amarração dos cabos em França e Inglaterra.

Na verdade, em 1900, a Grã-Bretanha já tinha sido ultrapassada pela Alemanha e pelos Estados Unidos, tanto no tocante ao crescimento industrial como em termos da produção de carvão, aço e ferro fundido. No seu conjunto é importante sublinhar que, por esta altura, a superioridade económica britânica – integrando poucas novidades de conteúdo – se encontrava de certa forma limitada àqueles que tinham sido, desde o início do século XIX, os seus sectores de influência tradicional (construção naval, finanças e exportação de produtos primários); o Reino Unido optara por descurar o desenvolvimento de sectores industriais mais dinâmicos e o investimento em novas tecnologias<sup>18</sup>.

A crescente cobiça em redor do arquipélago dos Açores levou o Governo português a assinar em 1899 com a *Europe and Azores*, um contrato para exploração das ligações dos Açores/Estados Unidos, Grã-Bretanha, Irlanda e Alemanha, reservando à companhia inglesa o direito de transferir em subconcessão os direitos sobre estes cabos para a americana *Commercial Cable Company* e a alemã D.A.T. (*Deutsche Atlantische Telegraphen Gesellschaft*)<sup>19</sup>.

17 Cf. António José Telo, *Os Açores e o controlo do Atlântico..*, 173-174.

18 Ana Paula Pires, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010.

19 *Cabos submarinos partindo dos Açores*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Imprensa Nacional, 1899.



## Evolução do tráfego telegráfico no arquipélago dos Açores (1893-1900)

	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
Estações	13	18	18	18	18	18	18	18
Tráfego								
Telegramas	26 695	38 127	39 082	36 167	40 374	42 539	45 205	46 831
Transmitidos	12 074	17 720	18 243	17 180	18 879	20 685	21 507	22 162
Recebidos	12 872	17 524	17 456	16 657	18 950	19 236	20 017	21 138
De trânsito	1 749	2 883	3 383	2 330	2 545	2 618	3 681	3 531

Fonte: *Estatística Geral dos Telégrafos*

A 26 de Maio de 1900 o navio inglês *Anglia* iniciava, no Faial, o lançamento do cabo alemão Borkum (da *Deutsche Atlantische Telegraphen Gesellschaft*) para a ligação Emdem-Horta. A 27 de Julho do mesmo ano era a vez da *Commercial Cable Company* estabelecer a primeira ligação Horta-Canso (Canadá) com o lançamento de um cabo pelo navio *Faraday*. Pouco depois, em 1903, seria inaugurada uma segunda ligação entre a Alemanha e a Horta para se iniciar no ano seguinte uma ligação Alemanha-Horta-Nova Iorque.

Mais tarde, a 24 de Abril de 1912, a Companhia *Europe and Azores Telegraph*, enviou uma nova proposta ao Parlamento, solicitando autorização para amarar e explorar em qualquer das ilhas dos Açores mais dois cabos submarinos, “(...) um dos quais destinado à América do Norte e o outro para a ligação com o Reino Unido ou com qualquer outro ponto do continente europeu”<sup>20</sup>. Os representantes da *Europe and Azores* garantiam que a ligação que pretendiam estabelecer, ao realizar todo o tráfego por intermédio do território português,

<sup>20</sup> Em Julho de 1899, o governo português havia contratado com a mesma companhia, o estabelecimento e exploração de cabos submarinos entre as ilhas dos Açores e a América do Norte, a Grã-Bretanha ou Irlanda e a Alemanha. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 96, de 24 de Abril de 1912, 4.



traria, em pouco tempo, um acréscimo de rendimento ao executivo luso, “(...) aumento que, como é de presumir pelos resultados obtidos por outras concessões semelhantes, não será, dentro em pouco, inferior a 20000\$000 de réis anuais”<sup>21</sup>. Tornado definitivo pelo diploma de 18 de Julho de 1913<sup>22</sup>, o contrato obrigava o governo português a:

1. proteger a empresa na imersão e exploração dos cabos submarinos, conforme as leis e regulamentos vigentes em Portugal;
2. proteger, nos termos das leis, como se fossem propriedade do Estado, os cabos da costa, os fios terrestres e as estações da empresa;
3. conceder à empresa isenção de direitos das alfândegas para os cabos submarinos, fios terrestres, instrumentos e materiais exclusivamente destinados ao estabelecimento das linhas contratadas, e ao das estações telegráficas da empresa, como também para os navios que tomam parte nas operações de imersão ou de reparação dos cabos<sup>23</sup>.

As relações entre o Governo português e as subsidiárias da *Eastern* iam de vento em popa em 1907, quando foi assinado, ainda sob regime monárquico, um contrato que dava direitos de instalação e exploração de cabos à *Eastern* e *Western Telegraph*, à *Eastern and South African Telegraph* e à *Europe and Azores Telegraph*<sup>24</sup> - a designação das empresas equivalia às áreas de influência de cada Companhia, compondo em conjunto, o célebre “mapa vermelho” da sua rede mundial de cabos. Em 1909 as angústias da *Western Telegraph* começaram a desenvolver-se em torno da potencial concorrência alemã com o cabo que seguia para a América do Sul. Em 26 de Janeiro de 1909, o representante

---

21 *Idem*.

22 Cf. Lei n.º 75, *Diário do Governo*, n.º 166, I série, de 18 de Julho de 1913.

23 *Idem*. A firma concessionária compromete-se a abrir à exploração, a 31 de Dezembro de 1916 as ligações com a América do Norte, e dois anos mais tarde as comunicações com o Reino Unido.

24 *Diário do Governo*, n.º 69, I Série, de 30 de Março de 1907.



português da *Western* enviou ao ministro das Obras Públicas, Comércio e Comunicações, Luís de Castro, um ofício apreensivo onde alertou:

“A Direcção da Companhia Western Telegraph tem-se preocupado ultimamente muito com a próxima concorrência que lhe poderá fazer o novo cabo alemão para a América do Sul e os seus consequentes efeitos sobre o tráfico da C.<sup>a</sup> Western Telegraph, tendo em vista a possibilidade da “South American Cable Company” (no presente praticamente explorada pelo Governo Francês e tendo direitos exclusivos no Brasil para a comunicação telegráfica submarina com a costa ocidental de África) entrar em qualquer combinação com os alemães que permita a estes estabelecer o cabo da costa ocidental de África para o Brasil.

O projectado cabo alemão que tem atrás de si o apoio do respectivo Governo será indubitavelmente como consequência uma diminuição considerável das receitas da C.<sup>a</sup> Western Telegraph e proporcional reduções das taxas que revertem a favor do Governo Português a menos que se não tomem imediatas medidas para contrariar esta perspectiva”.

Pouco mais tarde, visando a celeridade das comunicações entre a Europa e as costas da América banhadas pelo Pacífico, a 7 de Março de 1913, seria celebrado entre o ministro do Fomento, António Maria da Silva<sup>25</sup>, e um proponente de Paris, Mr. Zadoks, um contrato provisório para o estabelecimento e exploração de um cabo submarino entre o continente e a república do Panamá, tocando na ilha de Porto Santo. Expectantes quanto às possibilidades económicas da abertura do canal do Panamá, as comissões parlamentares

25 António Maria da Silva (1872-1950), Engenheiro de Minas pela Escola do Exército, frequentou a Escola Politécnica. Engenheiro ajudante da Companhia de Minas do Ministério das Obras Públicas (1895-1910), director geral interino da Estatística (1910), e Administrador Geral dos Correios e Telégrafos (1910-1915, 1915-1917 e 1919-1938). Militante do Partido Republicano Português (PRP), ocupou os cargos de secretário geral

avalizaram o projecto, remetendo para segundo plano questões relacionadas com a identidade de Zadoks<sup>26</sup>, ou a imprecisão de alguns dos seus deveres e obrigações. António Granjo<sup>27</sup>, um dos membros da Comissão de Finanças, informa aliás os deputados, que “(...) assinou o parecer sobre o projecto sem ler o contrato”<sup>28</sup>. O deputado Adriano de Vasconcelos<sup>29</sup> classificou a proposta apresentada por Zadoks como um atentado aos interesses do Estado, afirmando: “(...) para se lançar um cabo submarino entre o continente português e uma nação estrangeira, seria necessário que se fixasse o prazo dentro do qual o concessionário teria de lançar o cabo, porque, não ficando isso estatuído no contrato, o concessionário mete esse documento no bolso, tem o Estado preso, por não poder fazer outra concessão, não ficando ele

---

interino da Estatística (1910), e Administrador Geral dos Correios e Telégrafos (1910-1915, 1915-1917 e 1919-1938). Militante do Partido Republicano Português (PRP), ocupou os cargos de secretário geral do ministério do Fomento (1910), comissário da República junto da Companhia dos Tabacos (1910) e deputado por Silves (1911). A 9 de Fevereiro de 1913, integrou o elenco governativo como Ministro do Fomento, cargo que ocupou até 9 de Fevereiro de 1914. Voltaria a desempenhar o cargo, novamente, entre 29 de Novembro de 1915 e 15 de Março de 1916. Entre 26 de Junho de 1920 e 19 de Julho de 1921, foi nomeado Presidente do Ministério, cargo que voltaria a ocupar por mais quatro vezes.

- 26 De acordo com as informações que dispomos, Mr. Zadoks seria apenas um intermediário, que após a assinatura do contrato definitivo, se propunha arranjar uma companhia para explorar a concessão.
- 27 António Joaquim Granjo (1881-1921). Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, propagandista da causa republicana. Deputado na Assembleia Constituinte. Integrou o Corpo Expedicionário Português, combatendo na Flandres como alferes miliciano. Membro do directório do Partido Liberal. Ministro da Justiça em 1919 e ministro do Interior, em 1920. Duas vezes indigitado Presidente do Ministério. Assassinado em 19 de Outubro de 1921.
- 28 *Diário da Câmara dos Deputados*, 107.<sup>a</sup> Sessão ordinária do 3.º período da 1.<sup>a</sup> legislatura, de 22 de Maio de 1913, 14.
- 29 Adriano Mendes de Vasconcelos (1870-1935). Frequentou a Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, mas, devido ao seu envolvimento no movimento revolucionário de 31 de Janeiro, não concluiu o curso. Eleito, pelo círculo de Penafiel, deputado à Assembleia Nacional Constituinte.



obrigado a coisa alguma”<sup>30</sup>. O Parlamento acabou por optar pela rejeição da proposta, reconhecendo que o contrato não acautelava, devidamente, os interesses do Estado.

#### 4. A GUERRA

O ano de 1914 ficou indelevelmente marcado pelo assassinio, na capital da Bósnia, do herdeiro do trono da Áustria-Hungria, Francisco Fernando, e da sua mulher, a duquesa de Hohenburg.

Os reflexos políticos deste assassinato foram complexos e tiveram, como é sabido, impactos em cadeia duradouros: a 28 de Julho a Áustria-Hungria cortou relações diplomáticas com a Sérvia, iniciando, um dia mais tarde, o bombardeamento de Belgrado. No mesmo dia Nicolau II ordenou a mobilização geral contra a Alemanha e a Áustria, a que se seguiu, no início de Agosto, a declaração de guerra de Guilherme II. A partir daí os acontecimentos sucederam-se a um ritmo avassalador: declaração de guerra da Alemanha à França e invasão da Bélgica; abandono da neutralidade da Grã-Bretanha e entrada do Império Britânico na guerra.

Nos primeiros dias de Agosto de 1914, cinco das principais potências europeias (Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria e Alemanha) estavam já em guerra, apenas a Itália conseguira permanecer neutral. Sensibilidades políticas e convicções ideológicas diversas tinham transformado um conflito secundário, situado nos Balcãs, numa guerra europeia, com repercussões no extremo oposto do Continente.

O sentido ascendente, ainda que pouco explosivo, de crescimento económico dos meios de comunicação telegráficos e telefónicos - que vinha a sentir-se no primeiro quartel do novo século - sofreu o embate generalizado provocado pela deflagração da Grande Guerra. Em quatro anos de conflito intenso, a distorção da ordem comercial e financeira pré-existente fez-se sentir rapida-

30 *Diário da Câmara dos Deputados*, 107.<sup>a</sup> Sessão ordinária do 3.º período da 1.<sup>a</sup> legislatura, de 22 de Maio de 1913, 11-12.

mente, num quadro de deslocalização de mercados e perturbação das vias de comunicação e transportes, criando um enorme contraste com o novo mapa de espaços fragmentados representado pela geografia económica de 1914.

Nos primeiros dias de Agosto de 1914 o governo britânico ordenou o corte, por um navio inglês, dos dois cabos alemães que ligavam a Alemanha aos Estados Unidos da América a partir dos Açores. O cabo que fazia a ligação entre a Alemanha e a Horta foi cortado pelo navio inglês “CS Iris” no estreito de Gibraltar, perto de Málaga, e, em seguida, desviado para Brest e para Londres<sup>31</sup>.

Um mês mais tarde, as autoridades portuguesas selaram a estação alemã, interrompendo o tráfego entre os Açores e a América. Nesta altura, a Alemanha tinha duas alternativas: utilizar as comunicações via rádio, ou beneficiar da boa vontade dos neutros. Só dois anos mais tarde, em 1916, seria possível estabelecer chamadas telefónicas intercontinentais, com recurso ao rádio.

O ministro de Portugal em Berlim, Sidónio Pais, em ofício enviado via Roma ao ministro dos Negócios Estrangeiros, dava conta das dificuldades, diárias, provocadas pelo corte dos cabos: “Todos os dias, ou quase todos os dias, depois disso, tenho perguntado no Ministério se já há probabilidades de poder telegrafar para Portugal e sempre a resposta tem sido, invariavelmente negativa, acrescentando terem feito diversas tentativas para comunicarem indirectamente, mas sem resultado. Todos os dias continuo enviando pelo correio correspondência para esse Ministério, e algumas vezes o tenho feito já por intermédio de Roma. Aproveitei, além disso, o amável oferecimento dum colega para transmitir um telegrama por intermédio das suas Legações na Suíça e Lisboa. Tudo inútil”<sup>32</sup>.

31 Cf. Yolanda Corsépius, “A Deutsche Atlantische Telegraphengesellschaft (DAT), a sua influência e a de outras companhias de cabos submarinos na vida e na projecção internacional do Faial”, *O Porto da Horta na História do Atlântico. O tempo dos cabos submarinos*, Horta: Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, s/d, 114.

32 Cf. Ofício de 16 de Agosto de 1914 enviado pelo ministro de Portugal em Berlim ao ministro dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As negociações diplomáticas até à declaração de Guerra*, Tomo I, Lisboa: Imprensa Nacional, 1997, 38.



Em Setembro de 1916 o chefe da legação britânica em Lisboa, Lancelot Carnegie, dirigiu uma carta ao governo português, informando-o de que a Inglaterra tinha decidido que os cabos alemães poderiam funcionar novamente. Já em 1917, na sequência da entrada de Portugal na frente europeia de guerra foram criados Depósitos de Concentrados Alemães nos Açores; os funcionários da DAT foram enviados para o Castelo de S. João Baptista, em Angra do Heroísmo, onde viveriam durante, aproximadamente, dois anos<sup>33</sup>. As propriedades da DAT na Horta foram confiscadas pelo governo português que as classificou como “bens do inimigo”. A DAT só veria restabelecida a sua ligação com a Horta em Setembro de 1926, oito anos após o fim da I Guerra Mundial<sup>34</sup>. Foi esta a Companhia mais afectada, por razões óbvias, pela tática de guerra, vendo os seus cabos cortados e desviados pelos aliados, e mais tarde, distribuídos, pelas disposições do Tratado de Versailles em 1919, entre franceses, americanos e ingleses.<sup>35</sup>

Foi breve a ausência alemã da trama submarina nos Açores. Logo em 1924, em negociações prévias com a Inglaterra e só depois com Portugal, a DAT recuperou, por acordo com o Governo, os bens confiscados à Companhia durante o conflito, em troca da renúncia a bens pertencentes à Igreja Alemã.<sup>36</sup> Logo em seguida, chegava a concessão, assinada a 28 de Agosto de 1924, para amarração e exploração de novo cabo submarino no Faial (os antigos cabos foram perdidos, sem retorno, para as mãos aliadas), pelo prazo de 25 anos, sem exclusividade, permitindo ainda a esta concessionária transferir direitos e obrigações do contrato para a *Commercial Cable*.<sup>37</sup>

33 Yolanda Corsépius, *Algumas notas sobre aspectos sócio-culturais na Horta no tempo dos cabos submarinos*, s/l: Edição de Autor, 1999, 28.

34 *Idem*.

35 “Anexo VII do Tratado de Paz entre as Potências Aliadas e Associadas e a Alemanha e Protocolo anexo, Versailles, 28 de Julho 1919” in Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Coleção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as mais Potências*, Nova Série, vol. I 1914-1919, s/l: Imprensa Nacional, 1970.

36 *Tratados e Convenções...*, 1924.

37 Lei n.º 1 654, *Diário do Governo*, n.º 194, I Série, de 28 de Agosto de 1924.

## 5. LISBOA “CENTRO” DO MUNDO

Quando a guerra rebentou, em 1914, a Companhia Portuguesa dos Telefones (*Anglo Portuguese Telephone Company*) tinha cerca de 8 mil assinantes. Aumentando gradualmente, a rede telefónica de Lisboa e do Porto repercutia os programas de desenvolvimento gizados pela Companhia: acompanhando o crescimento de Lisboa para Norte, a 15 de Janeiro de 1915, “(...) a fim de se dividir o serviço, visto a “Central”, em pouco tempo não poder comportar muitas mais linhas”<sup>38</sup>, tinha sido inaugurada a Central “Norte”, situada na Rua Andrade Corvo. As chamadas telefónicas passaram então a efectuar-se entre as duas centrais, novidade que obrigou os técnicos do tráfego telefónico a planear cuidadosamente a estrutura das redes. Do ponto de vista económico, e uma vez que o contrato celebrado entre a APT<sup>39</sup> e o Estado determinava a ligação dos aparelhos à estação mais próxima (as tarifas eram então lançadas por distâncias), alguns assinantes lucraram com o melhoramento: “(...) houve subscritores que ligados à “Central” pagavam Esc. 72\$00 e ligados à “Norte” passaram a pagar Esc. 45\$00. Outros que pagavam Esc. 63\$00 e 54\$00 foram igualmente reduzidos para Esc. 45\$00 e ainda outros (casas particulares) que pagavam Esc. 38\$25 foram reduzidos para Esc. 33\$75”<sup>40</sup>.

A Companhia dos Telefones enfrentou as primeiras dificuldades causadas pela Guerra em 1915: era então difícil adquirir telefones de mesa, auscultadores, fio e cabo, os serviços atrasavam-se, chegando a haver mais de dois meses e meio de atraso no cumprimento dos pedidos.

A insuficiência dos transportes, tendo em consideração a dependência quase absoluta da importação de equipamentos e materiais de comunicação, sobreveio então de forma cada vez mais consequente, tornando-se um dos

---

38 AFPC, Relatórios do Fiscal do Governo junto da APT 1915 a 1923, Relatório de 24 de Junho de 1916, enviado pelo Fiscal do Governo junto da Companhia dos Telefones ao Administrador Geral dos Correios e Telégrafos, 2.

39 The Anglo Portuguese Telephone Company Ltd.. Companhia inglesa concessionária da exploração das redes telefónicas de Lisboa e Porto.

40 *Idem*.



aspectos mais ponderosos na gestão das actividades económicas em geral e ao nível das comunicações em particular durante a Guerra e, refira-se, para lá do seu termo.

Por vezes, as comunicações eram difíceis de estabelecer. Os fios condutores – compostos de cobre, bronze e ferro - tornaram-se matérias primas cobiçadas, sobretudo em tempo de guerra; a pilhagem tornou-se frequente, obrigando mesmo o Governo a intervir. O relatório anual do fiscal do Governo junto da APT para 1915 é um bom indicador destas dificuldades, onde se aludia a uma “(...) grande falta de material tal como telefones de mesa, auscultadores, fio e cabo (...)”<sup>41</sup>. As queixas e deficiências do serviço ficaram diversas vezes registadas ao longo destes anos, entre avarias, falhas e interrupções das comunicações. A incapacidade de dar resposta aos problemas técnicos constantes obrigou mesmo a Companhia, em 1917 e em 1918, a não aceitar mais contratos antes da obtenção do material esperado.<sup>42</sup>

No final de Julho de 1917, Lima Basto<sup>43</sup>, ministro do Trabalho e da Previdência Social, reconhecia a necessidade de se tomarem providências excepcionais, fazendo promulgar um diploma que, para além de ordenar a perseguição e entrega dos autores dos furtos a tribunais militares, determinava “(...) o arrolamento de fios de cobre ou de bronze de 1 a 3 milímetros de diâmetro e de fios de ferro galvanizado de 2 a 5 milímetros de diâmetro ou de cabos contendo entre 2 a 25 fios dos mesmos metais ou ligas, revestidos

41 Relatório do Fiscal do Governo relativo ao ano de 1915, 24 de Junho de 1916, *AFPC-Relatórios do Fiscal do Governo junto da APT 1915 a 1923*.

42 AFPC, Relatórios do Fiscal do Governo junto da APT 1915 a 1923, APT/5, Relatório de 30 de Junho de 1918 enviado pelo Fiscal do Governo junto da APT ao Administrador Geral dos Correios e Telégrafos.

43 Eduardo Alberto Lima Basto (1875-1942). Engenheiro agrónomo, professor na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, na Escola Colonial de Lisboa e no Instituto Superior de Agronomia. Membro do Partido Republicano Português. Foi deputado, presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Em 1914 inicia a sua carreira ministerial ocupando as pastas do Fomento (entre 12 de Dezembro de 1914 e 25 de Janeiro de 1915), do Trabalho (de 25 de Abril a 8 de Dezembro de 1917), do Comércio (entre 6 de Fevereiro e 30 de Novembro de 1922) e das Finanças (de 1 de Julho a 1 de Agosto de 1925).

de chumbo”<sup>44</sup>. Sabe-se pouco acerca da aplicabilidade desta disposição governamental, todavia, a partir de 1917, nos relatórios do fiscal do governo junto da Companhia dos Telefones enviados à Administração Geral dos Correios e Telégrafos deixaram de constar referências à destruição de linhas e ao desaparecimento de cabos telefónicos<sup>45</sup>.

As comunicações transatlânticas europeias, dependentes do regular funcionamento dos cabos telegráficos submarinos, sofreram assim várias interrupções durante a Guerra. Impossibilitada de comunicar directamente com a América, a Inglaterra passou a enviar para a Estação Telegráfica Central de Lisboa a correspondência destinada ao Novo Mundo.

Perante o aumento do serviço de transmissão e recepção de telegramas, as já precárias ligações entre Lisboa, Madrid e Paris, tornam-se absolutamente insuficientes, havendo então que negociar, junto das administrações espanhola e francesa, o melhoramento dos serviços.

A questão da intensificação das relações telegráficas entre Portugal e França, apresentava-se susceptível de ser resolvida por três formas:

1. Construção de uma segunda linha telegráfica Lisboa-Paris;
2. Centralização, em Madrid, do serviço que a linha directa Paris-Lisboa não comportasse;
3. Aumento de rendimento do directo Paris-Lisboa<sup>46</sup>.

Em contexto de guerra, devido à escassez de fio de cobre e ao enorme dispêndio que acarretaria, a primeira solução foi imediatamente colocada de parte. Apesar de não trazer quaisquer inconvenientes em época de paz, a

---

44 Cf. Lei n.º 753, Diário do Governo n.º 753, I Série, de 31 de Julho de 1917.

45 Veja-se AFPC, Relatórios do Fiscal do Governo junto da APT 1915 a 1923, Relatórios de 27 de Junho de 1918, e de 30 de Junho de 1919, enviados pelo Fiscal do Governo junto da Companhia dos Telefones ao Administrador Geral dos Correios e Telégrafos.

46 AFPC, *Documentos de Humberto da Cunha Serrão*, Relatório das Negociações Telégrafo-Postais (1914-1918), enviado por Humberto Serrão ao Administrador Geral dos Correios e Telégrafos, 13.

adopção da segunda proposta, atendendo à tendência quer do executivo francês, quer do executivo português, em subtrair à fiscalização do governo espanhol os telegramas trocados, revelava-se, igualmente, impraticável<sup>47</sup>. Não restava senão a terceira possibilidade.

Após a realização de inúmeros ensaios, quer no território português quer no espanhol, as duas Administrações Gerais chegaram à conclusão que a linha, não sendo excelente, permitia um tráfego razoável: para regularizar o serviço bastaria então aumentar o rendimento do directo Lisboa-Paris, solução que implicaria a melhoria das condições eléctricas da ligação e a substituição dos aparelhos Hughes simples então utilizados, por outros de maior rendimento<sup>48</sup>, considerando como possibilidades a adopção do sistema Hughes duplex - Santano, ou a de outro sistema, provavelmente o sistema Baudot.

Coube ao funcionário da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, Humberto Serrão<sup>49</sup>, a apresentação de um relatório detalhado onde acabou por demonstrar algumas das vantagens do sistema Baudot: “O sistema duplex santano está funcionando, com bom resultado, entre Madrid e Valência, entre Barcelona e Palma de Maiorca, não excedendo em qualquer dos casos 600 Km. Sendo a distância entre Lisboa e Paris, aproximadamente de 2000 Km, (...) levantaram-se, porém, dificuldades insuperáveis, principalmente porque o autor do sistema manifestou a sua desconfiança no resultado da sua apre-

47 *Idem*, 13.

48 *Idem*, 14.

49 Humberto Júlio da Cunha Serrão (1885-?). Inicialmente funcionário da Estação Telegráfica Central de Lisboa, com a intervenção de Portugal na Guerra, em 1916, foi integrado no Corpo Expedicionário Português e mobilizado para o Serviço Postal de Campanha. Em França, Serrão, organizou o Serviço Postal de Campanha, baseando-se no modelo inglês, elaborando uma organização e um Regulamento dos Serviços. Após a desmobilização, em Junho de 1919, foi chamado a chefiar a 1.ª Divisão da Direcção dos Serviços Electrotécnicos. À frente deste organismo promoveu reformas e melhoramentos consideráveis na organização e equipamento dos serviços telegráficos e telefónicos portugueses lançando um plano de modernização da rede de comunicações no sentido de cobrir as necessidades do País e dar resposta às necessidades dos seus centros económicos mais dinâmicos.

são à linha Lisboa-Paris. Nestes termos, e porque considerava o sistema Baudot superior ao duplex-Hughes (santano); e ainda porque o Governo francês, tendo imposto aos países seus correspondentes a adopção do primeiro, de presumir era que não autorize o segundo de bom grado, resolveu de acordo com a Administração Portuguesa, propor à Administração francesa o emprego do sistema Baudot”<sup>50</sup>.

Entre os telegrafistas portugueses pairava porém o desconhecimento quanto às potencialidades do aparelho telegráfico Baudot. A fim de frequentarem o curso de manipuladores daquele aparelho foram então enviados a Paris, entre 25 de Março e 10 de Novembro de 1918, três funcionários técnicos e um mecânico, este último com o fim de se habilitar a localizar e reparar as avarias mecânicas do telégrafo.

A solução definitiva para as comunicações telegráficas entre Portugal e França, surgiu já após a assinatura do armistício, em 18 de Fevereiro de 1919. Das negociações entabuladas entre Humberto Serrão e a Administração parisiense, resultou:

1. O estabelecimento, no condutor directo Lisboa Paris, do sistema Baudot duplo, com retransmissão em Baiona, sendo suprimida a translação simples, existente em Valladolid e em Bordéus;
2. O estabelecimento, no novo condutor directo Lisboa-Madrid, do sistema Baudot quádruplo, com uma instalação quádrupla de retransmissão automática em Madrid, permitindo uma das seguintes combinações:
  - a) a utilização simultânea de dois sectores Lisboa-Madrid e de dois sectores Lisboa- Bordéus;
  - b) a utilização simultânea de quatro sectores Lisboa-Madrid e também de quatro sectores Madrid- Bordéus;
  - c) a utilização simultânea de 4 sectores Lisboa- Bordéus<sup>51</sup>.

50 AFPC, *Documento*

*s de Humberto Cunha*, 15.

51 *Idem*, 26-27.





Reconhecida a excelência do sistema, Humberto Serrão encomendou à Administração francesa dois aparelhos Baudot duplos destinados à Escola de Correios e Telégrafos. O restante equipamento – um aparelho Baudot quádruplo, a utilizar na comunicação Lisboa-Madrid-Bordéus, e um duplo com destino à comunicação directa Lisboa-Paris – foram fornecidos pela casa J. Carpentier<sup>52</sup>.

O estabelecimento de ligações telefónicas regulares entre Lisboa, Madrid e Paris tinha constituído tema da correspondência trocada entre António Maria da Silva e a Administração espanhola a partir de 1912: os contactos tinham sido iniciados quando o Chefe de Divisão Benjamim Pinto de Carvalho, partiu para a Espanha com o objectivo de estudar o sistema de construção da linha telefónica Madrid-Paris<sup>53</sup>. A ideia de implementar um circuito que ligasse telefonicamente os dois países agradava Espanha; contudo, uma vez que o governo de Madrid não dispunha dos meios necessários para proceder à sua efectivação, as negociações tinham sido abandonadas.

O projecto foi retomado por Humberto Serrão no ano quente de 1917. Em ofício dirigido ao ministro dos Correios e Telégrafos o delegado português, propunha “(...) o estabelecimento de relações entre França e Portugal, por meio de uma linha directa Lisboa-Madrid, ligada, nesta última cidade, no actual circuito telefónico Madrid-Paris”<sup>54</sup>.

A Administração francesa aderiu plenamente à proposta de Serrão, fazendo porém depender a sua decisão da concordância do Governo de Madrid relativamente ao estabelecimento de comunicações telefónicas entre os três países<sup>55</sup>. As condições de negociação entre Portugal e Espanha só se tornariam efectivas em 1924, quando o general Primo de Rivera adjudicou à Companhia Nacional Telefónica de Espanha a concessão geral do serviço telefónico.

---

52 *Idem*, 29.

53 *Idem*, 33-34.

54 *Idem*, 31-32.

55 *Idem*, 32.

Finalmente, em Dezembro de 1925, a Administração Geral dos Correios e Telégrafos, ultimou as derradeiras conversações com Espanha. Baseado na proposta concebida em Fevereiro de 1919 por Humberto Serrão, o projecto apresentado visava:

1. a construção de grandes comunicações entre:  
Lisboa-Madrid;  
Porto e Vigo ou Porto e Tuy;  
Faro e Huelva;  
Porto e Salamanca.
2. a construção de comunicações fronteiriças entre:  
Valença e Tuy;  
Elvas e Badajoz,  
Vila Real de Santo António e Ayamonte, com montagem de um cabo submarino.
3. o trânsito pelas linhas espanholas das comunicações telefónicas entre Portugal e os Países de além-Pirinéus, por intermédio de qualquer das linhas de grande comunicação a que se referia o ponto 1, especialmente Lisboa-Madrid<sup>56</sup>.

Idealizada pela República, a comunicação directa entre Portugal e a Espanha viria a concretizar-se em 1928, dois anos após o golpe militar comandado por Gomes da Costa que poria termo à I República.

## 6. OS DESAFIOS DA PAZ

A 11 de Novembro de 1918 a Guerra acabou, deixando um Mundo diferente, suspenso num cenário profundamente alterado e marcado por quatro anos de confronto generalizado, cujos efeitos, envolvendo profundas transformações, políticas, económicas, geográficas e culturais, perduraram

---

56 Cf. Júlia Saldanha, “17 de Maio de 1928. Memórias da 1.ª linha telefónica internacional Lisboa-Madrid” *Códice*, n.º 7, (primeiro semestre de 2001), 62.



bastante para além do termo do conflito encerrando marcas indeléveis na forma de pensar e de viver das gerações seguintes.

A insegurança material que a Guerra provocava, deixara marcas profundas à população mundial. Uma vez terminadas as hostilidades, era preciso pôr em marcha uma estratégia de renovação económica que atraísse regiões periféricas e pouco desenvolvidas para o centro da economia de mercado. A mobilidade e a velocidade ocupavam um lugar privilegiado nesta estratégia de renovação, tornando-se claro que o fomento da indústria e do comércio em muito ganharia com o desenvolvimento das redes de transportes e de telecomunicações. Os governos europeus promoveram então a elaboração de estudos e inscreveram nos respectivos orçamentos verbas elevadas destinadas à modernização das respectivas redes de telecomunicações.

Em Dezembro de 1919, Ernesto Navarro<sup>57</sup>, responsável pela tutela das Comunicações durante o Governo presidido por Alfredo Sá Cardoso (29 de Junho de 1919 – 15 de Janeiro de 1920), declarava no Parlamento que Portugal não podia ficar à margem desta “renovação vertiginosa” dos sistemas de comunicação que se fazia sentir em grande parte do continente europeu. Por isso, pedia o aval da Câmara dos Deputados para a aprovação de um empréstimo no valor de oito mil contos, amortizável em 60 anos, destinado ao desenvolvimento das comunicações telegráficas e telefónicas<sup>58</sup>.

Os efeitos da guerra tinham comprometido alguns projectos concebidos por industriais e comerciantes, em parte devido à diminuição dos fluxos do comércio internacional. Com o fim das hostilidades chegava finalmente a oportunidade de concretização de investimentos mais dependentes da importação de matérias-primas e equipamentos: o número de transacções comerciais

57 Ernesto Júlio Navarro (1876–1938), engenheiro civil pela Escola Central de Paris. Membro do Partido Republicano Português foi convidado a chefiar a pasta do Comércio (entre 29 de Junho de 1919 e 15 de Janeiro de 1920, e 16 a 20 de Janeiro de 1921) e dos Abastecimentos (de 29 de Junho a 17 de Setembro de 1919).

58 Antes da apresentação da proposta no Parlamento já o diário *O Século* transcrevia o seu relatório, dando-lhe inteira e completa aprovação. Cf. “Correios, Telégrafos e Telefones” in *O Século*, n.º 13 625 de 3 de Dezembro de 1919, 2. Veja também *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 11, de 16 de Dezembro de 1919, 3-14.

crescia exponencialmente, acompanhando de perto um surto industrial direccionado para o mercado interno.

Um dos argumentos apresentados pela Comissão de Finanças<sup>59</sup> da Câmara dos Deputados para a aprovação da proposta apresentada pelo ministro Ernesto Navarro, decorria justamente da intensificação do tráfego comercial. O relator do parecer foi António Maria da Silva, na altura afastado temporariamente do cargo de Administrador Geral dos Correios e Telégrafos<sup>60</sup>. Depois de fazer o elogio do projecto, o deputado referiu algumas das vantagens que a economia nacional retiraria do investimento na reparação e modernização da rede de telecomunicações estatal, para, em seguida, concluir, não fugindo à tendência europeia, que daí em diante a intensificação da produção seria indissociável do desenvolvimento das comunicações à distância. Significativa, aliás, a importância que então se conferia ao sector das telecomunicações, considerado “(...) instrumento de progresso tão delicado que (...) merece ser considerado e tratado com incedível cuidado, pois que um pequeno estacionamento no seu desenvolvimento redundará sempre grave prejuízo, por vezes irremediável, e que acarretará enorme dispendio para se poder retomar a perdida velocidade”.<sup>61</sup>

No final de 1919 o traçado da rede telefónica interurbana rondava os 842 km; na prática, esta extensão significava que a maior parte das cidades do País permanecia privada de ligação telefónica. Do lado das comunicações telegráficas a situação não era melhor: a rede era insuficiente, apresentando grandes defeitos de construção, a distância entre vãos era incomportável e o fio empregue nas redes, quase sempre inadequado. Estas deficiências só poderiam ser eliminadas se a Administração Geral dos Correios e Telégrafos concluísse

---

59 Compunham a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados: Álvaro de Castro, Mariano Martins, Nuno Simões, Estevão Pimentel, Prazeres da Costa, Aníbal Lúcio de Azevedo, J.M. Nunes Loureiro e António Maria da Silva.

60 Entre Janeiro e Março de 1919 o cargo de Administrador Geral dos Correios e Telégrafos foi ocupado interinamente por Henriques Jacinto Ferreira de Carvalho.

61 *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 11, de 16 de Dezembro de 1919, 4 e seguintes.



alguns projectos pendentes e adoptasse um novo método de trabalho. Entre o mais importante e urgente, impunham-se como iniciativas indispensáveis:

- a adopção de um novo método de estudo, construção, reparação e conservação;
- a remodelação das redes telegráficas e telefónicas, distribuindo-se melhor os condutores pelos vários traçados existentes ou a construir;
- promover o aumento do número de comunicações pela construção de novos condutores, conjugada com a remodelação referida;
- a consolidação e diminuição da distância entre apoios;
- a construção da rede telefónica inter-urbana geral, que deveria ser constituída por circuitos de fio de cobre de 3 milímetros de diâmetro, ligando entre si todos os centros considerados de principal importância, sob o ponto de vista comercial, industrial, agrícola ou de turismo. E, como necessário complemento, as linhas telefónicas internacionais a fio de cobre de alta condutibilidade e de 5 milímetros e as redes telefónicas locais julgadas úteis e convenientes;
- a conclusão da rede radiotelegráfica;
- a melhoria do material ambulante<sup>62</sup>.

Recorde-se que a experiência de guerra tinha colocado alguns funcionários da Administração Geral dos Correios e Telégrafos em contacto com os serviços de telecomunicações de Espanha e de França. Homens como Humberto Serrão puderam analisar de perto o nível de progresso em que se encontrava a maioria desses serviços, permitindo-lhes confirmar como em Portugal o grau de desenvolvimento das redes de telégrafos e telefones era ainda bastante incipiente.

---

62 De acordo com Ernesto Navarro, os principais problemas que afectavam a rede de telecomunicações nacional prendiam-se com a falta de planeamento na disposição dos traçados, o defeito das construções, a insuficiência do material (principalmente isoladores) e o precário estado das linhas. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 11, de 16 de Dezembro de 1919, 7.



O conhecimento próximo desta realidade internacional, nomeadamente francesa, revelar-se-ia determinante para muitos funcionários dos telégrafos e telefones: a Guerra veio, nas palavras de Humberto Serrão, “inflamar novas energias nos serviços da Administração”<sup>63</sup>.

O enquadramento legal para a execução de um programa de remodelação de estações e linhas telegráficas e telefónicas tinha surgido em Maio de 1919, com a promulgação do decreto-lei 5 786<sup>64</sup> da autoria do ministro do Comércio Júlio Martins<sup>65</sup>. O texto do diploma confiava à 1.ª Divisão da Direcção dos Serviços Electrotécnicos o estudo, conservação e construção das redes telegráficas e telefónicas a cargo da Administração Geral dos Correios e Telégrafos<sup>66</sup>.

Foi esta nova orientação legislativa que motivou a preparação dos anteprojectos para a ampliação e remodelação das redes assumida pelo Chefe da 1.ª Divisão dos Serviços, Humberto Serrão, e pelo Director dos Serviços

---

63 Ver Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações (AFPC), *Espólio de Humberto da Cunha Serrão*, Caixa 4, Nota de 5 de Fevereiro de 1929.

64 O diploma, para além de organizar os serviços postais, telegráficos, telefónicos, semaforicos e de fiscalização das indústrias eléctricas, previa a criação de uma Divisão de Exploração Telefónica e de uma Divisão Técnica de Radiotelegrafia. O decreto introduzia ainda várias alterações no campo do ensino, promovendo a criação de três graus de instrução: elementar, com diversos cursos, para entrada nos diferentes quadros, complementar para serviços especiais técnicos, médios e superiores, prevendo-se a criação do curso de engenharia telegráfica. A parte do ensino superior nunca chegou a ser posta em prática. Ver Decreto-lei n.º 5786, 17º Suplemento ao *Diário do Governo* N.º 98, I Série, de 10 de Maio de 1919.

65 Júlio do Patrocínio Martins (1878-1922), Bacharel em Medicina no ano de 1907. Filiado no Partido Republicano Português integrou, a partir de 1913, a Junta Central do Partido Evolucionista. Em 1919 fundou o Grupo Parlamentar Popular. Ocupou, entre 1919 e 1921, diversas pastas ministeriais: Comércio, Marinha e Instrução.

66 Cf. Decreto-lei n.º 5786, 17º Suplemento ao *Diário do Governo* N.º 98, I Série, de 10 de Maio de 1919. No seu artigo 297.º este decreto prevê ainda a deslocação de funcionários em visitas de estudo ao estrangeiro, com o objectivo de aperfeiçoarem a sua formação profissional.



Electrotécnicos, Manuel Pinto de Melo<sup>67</sup>. Do trabalho de ambos resultou a proposta que o ministro Ernesto Navarro apresentou ao Parlamento.

O estudo elaborado por Serrão e Pinto de Melo não procurava ser um trabalho completo e exaustivo. De resto, nessa primeira fase, o objectivo mais importante era identificar as comunicações principais, e algumas secundárias, que ambos consideravam urgente modificar ou estabelecer<sup>68</sup>. Assim sendo, o ante-projecto era entendido como um ponto de partida para a elaboração de estudos complementares, não só sobre novas comunicações telegráficas mas também sobre comunicações telefónicas inter-urbanas<sup>69</sup>.

No que diz respeito à rede telegráfica, o plano apontava para o estabelecimento de um esquema geral de ligações baseado no sistema irradiante e poligonal, desenhando um circuito directo entre Lisboa e todas as capitais de distrito, e a criação da ligação entre as cidades do Porto e Coimbra com as capitais distritais mais próximas<sup>70</sup>. Quanto ao material a empregar nos traçados, que era, à excepção das ligações Madrid-Paris onde se empregavam fios de bronze - o ferro zincado - o projecto defendia que os materiais deveriam ser distribuídos de acordo com o tipo de comunicação a estabelecer: “(...) fio de cobre, de 3mm de diâmetro, de alta condutibilidade, para as grandes comunicações telegráficas internacionais e telefónicas nacionais inter-urbanas, fio de bronze, de 2 mm de diâmetro, para as grandes comunicações telegráficas nacionais e internacionais secundárias e fio de ferro zincado, de 4mm de diâmetro, para as restantes comunicações telefónicas nacionais”<sup>71</sup>.

Quanto aos telefones, o estudo sublinhava a necessidade de dotar a rede estatal com os meios necessários para fazer face à procura crescente de comunicações, tendência que há muito se vinha fazendo sentir. Convém

67 AFPC, *Documentos de Humberto da Cunha Serrão*, Memória de 08-1919 e ofício de 07-10-1919, sobre a ampliação e remodelação da rede telegráfica e telefónica.

68 *Idem*.

69 *Idem*.

70 *Idem*.

71 *Idem*.

realçar que em 1919 a rede telefónica da Administração Geral dos Correios e Telégrafos ainda era composta por um número diminuto de circuitos interurbanos assentes numa única artéria principal – a ligação Lisboa-Porto:

- um circuito directo Lisboa-Porto;
- um circuito Lisboa-Porto, tendo como estações intermédias Vila Franca de Xira, Santarém e Coimbra;
- um circuito Coimbra-Figueira da Foz;
- um circuito Lisboa-Setúbal;
- um circuito Porto-Braga<sup>72</sup>.

Partindo deste cenário pouco animador, a memória descritiva elaborada por Humberto Serrão e Pinto de Melo, falava da necessidade da ampliação da rede e da construção de linhas, ou traçados, que a Administração Geral pudesse rentabilizar. O projecto compreendia três partes distintas:

Rede interurbana geral, que deveria ser composta de circuitos de fio de cobre de 3mm de diâmetro, ligando entre si todos os centros de primeira importância;

Rede interurbana secundária, constituída por circuitos de fio de cobre de 2mm de diâmetro, ligando os centros indicados anteriormente com os seus dependentes;

Rede interurbana municipal, utilizando circuitos de fio de cobre de 1,1% de diâmetro ligando as sedes dos concelhos com as respectivas povoações<sup>73</sup>.

Das três partes que compunham a proposta, somente a primeira (rede interurbana geral) foi considerada de realização imediata<sup>74</sup>. Previa-se o estabelecimento de 48 novos circuitos interurbanos ligando 80 localidades

---

72 AFPC, *Documentos de Humberto da Cunha Serrão*, Ofício de 07-10-1919 sobre a ampliação e remodelação da rede telegráfica e telefónica, 1.

73 *Idem*.

74 De acordo com os signatários do projecto, a rede secundária não podia projectar-se com facilidade, pois o seu estabelecimento não se reduzia, apenas, à construção de





entre si, incluindo os locais onde já existissem comunicações telefónicas como os casos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Figueira da Foz, Vila Franca de Xira, Santarém e Coimbra<sup>75</sup>.

A verba solicitada ao ministro das Finanças para pôr em marcha a remodelação e ampliação das redes telegráficas e telefónicas ascendia a 1 650 000\$00.

Quando a proposta foi colocada à discussão na Câmara dos Deputados, apesar da generalidade das bancadas parlamentares reconhecer a necessidade de se encontrarem soluções para os inúmeros problemas que afectavam a rede de telecomunicações pública, os deputados não hesitaram em apontar o carácter isolado da medida, sugerindo a sua inclusão num plano de obras de fomento, que o Governo deveria apresentar.

A discussão da proposta arrastou-se no Parlamento por longos meses ... de Outubro de 1919 a Abril de 1920. Durante este período a situação cambial portuguesa agravou-se bastante, tendo a moeda nacional sofrido uma desvalorização brusca e acentuada face ao esterlino. A libra que valia 8\$97 em Outubro de 1919 cotava-se em 11\$57 no final do ano. Significa isto que quando o empréstimo de 8 000 contos foi autorizado, em Novembro de 1920<sup>76</sup>, a quantia inicialmente proposta pelo Governo já não tinha metade do valor.

À situação financeira acrescia a incapacidade dos fabricantes internacionais de equipamentos satisfazerem as encomendas da Administração portuguesa; por outro lado, e apesar de um dos objectivos do Governo ao adoptar uma

---

novos circuitos telefónicos, (...) *mas a um trabalho conjunto de construção de circuitos dessa natureza e de transformação dos actuais circuitos telegráficos em circuitos, simultânea ou alternadamente, aproveitados para o tráfego telefónico e para a correspondência telegráfica. Idem, 2-3.*

75 Cf. AFPC, *Documentos de Couto dos Santos*, ofício de 09-08-1936 redigido pelo Administrador Geral dos Correios Telégrafos e Telefones, Luís Albuquerque Couto dos Santos, sobre a situação da Administração Geral dos Correios e Telégrafos sob o ponto de vista do seu material e instalações.

76 Cf. Lei n.º 1075, *Diário do Governo*, n.º 241, I Série, de 27 de Novembro de 1920. Apesar da autorização concedida pela lei 1075, o empréstimo não se chegou a concretizar. Cf.

política proteccionista assente na desvalorização da moeda, ser potenciar um surto do sector industrial, a verdade é que o mercado interno continuava a ser incapaz de produzir este tipo de equipamentos<sup>77</sup>.

A partir do balanço redigido pelo Director Geral dos Serviços Electrotécnicos e do Material verifica-se que em 1921 apenas uma ínfima parte do plano de 1919 tinha sido concretizada: a Administração Geral apenas conseguira construir um novo traçado telefónico entre Lisboa e o Entroncamento, ao longo da Estrada Nacional Lisboa – Torres Vedras, e remodelar o traçado leste entre o Entroncamento e Elvas<sup>78</sup>, esta última linha constituiria um ponto de apoio chave para o estabelecimento das projectadas ligações com Madrid e Paris.

A informação relativa à concretização do ante-projecto de 1919 em matéria de rede telegráfica é muito pouca, todavia, bastante esclarecedora: na entrevista concedida ao *Século*, em Junho de 1920, o Administrador Geral dos Correios e Telégrafos, António Maria da Silva, fazia depender a aquisição de novos aparelhos e a construção de novas redes telegráficas entre Lisboa, Madrid, Paris Bordéus e Porto da aprovação do empréstimo de 8 000 contos, que continuava pendente no Parlamento...<sup>79</sup>

\*\*\*

Os paradigmas científicos e tecnológicos que tinham constituído a base da primeira revolução industrial e dos primeiros avanços concretizados no domínio das comunicações tinham-se alterado profundamente. As novas

---

“Relatório e Balanço da Gerência de 1926-1927” in *Boletim da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones*, n.º 9, Setembro de 1929, 871-881.

77 AFPC, *Espólio de Humberto da Cunha Serrão*, Caixa 4, Ofício de Outubro de 1921 do Director Geral dos Serviços Electrotécnicos e do Material sobre o projecto das redes telegráficas e telefónicas nacionais.

78 *Idem*.

79 Ver a entrevista concedida por António Maria da Silva ao diário *O Século*: “Correios e Telégrafos” in *O Século*, n.º 13 805 de 4 de Junho de 1920, 1.

conquistas requeriam agora bases e competências científicas cada vez mais sofisticadas às quais eram indispensáveis plataformas organizacionais e políticas de investigação cada vez mais conscientes e eficazes. Assim o testemunhavam, entre outras, as experiências e os primeiros desenvolvimentos da aplicação da electricidade, da utilização de novos materiais, da TSF ou da radiotelefonia, todos eles requerendo conhecimentos científicos de base. Para os que não tinham capacidade de os promover ou desenvolver pouco mais restaria do que a dependência tecnológica, mais ou menos acentuada e generalizada. Mesmo assim, haveria que garantir a existência de condições e competências mínimas para acompanhar o ritmo quase frenético que caracterizaria de forma cada vez mais acentuada o desenvolvimento científico e tecnológico, progressivamente assumido como garante e motor do progresso económico e social.

A Grande Guerra operou o corte incisivo com as certezas do passado, de cujo fio condutor não sobraram senão falsas esperanças de retorno às antigas estruturas. As incertezas que daqui nasceram redundaram, ao longo dos anos 20, em ensaios de soluções de risco para problemas até aí desconhecidos. Entre as baixas do pós-guerra identifica-se o mundo dos investimentos que, face a um quadro de distorção económica, seria derrotado pela crise monetária e pela queda de preços. Neste novo cenário, dominar os meios de comunicação participava no imperativo das principais potências sendo que o controlo sobre o tráfego crescente nas telecomunicações trazia uma posição favorável na esfera económica e política.

Uma coisa porém era certa, sobreviveriam e, a prazo, impor-se-iam, tanto na esfera das comunicações como no conjunto da actividade económica, aqueles que tinham conquistado maiores competências para concorrer no mundo emergente do pós-Guerra. Na verdade, o período da Belle Époque constituíra o prenúncio do futuro século XX que a Guerra inaugurou. No espaço europeu, a Alemanha conquistara posições inquestionáveis na disputa do poder económico, ultrapassando, ainda antes do século acabar, a Grã-Bretanha como potência industrial; mas teria ainda que esperar para vencer a hegemonia financeira britânica indelevelmente associada ao sistema monetário financeiro vigente sob o climatério da libra; fora da Europa, os

Estados Unidos preparavam-se para comandar o Mundo: antes da Guerra tinham já ascendido ao lugar de potência industrial disputando a liderança com a Grã-Bretanha; a Guerra comporia o resto do caminho para a ribalta da primeira potência económica mundial. Sabia-se bem como associado ao *ranking* industrial estava cada vez mais a competência científica e tecnológica... por isso, de resto, a Grã-Bretanha tinha sido ultrapassada quer pela Alemanha quer pelos Estados Unidos... a segunda revolução industrial que pautou o percurso de alguns países no período anterior à deflagração da Guerra assim o testemunhava sobretudo pela transição de um capitalismo de matriz essencialmente industrial para um capitalismo financeiro e muito claramente pelos pressupostos do desenvolvimento científico e tecnológico que compunham, cada vez mais, o sustentáculo e as garantias de um desenvolvimento económico sólido e sustentado.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Arquivos e bibliotecas

Arquivo da Fundação Portuguesa de Comunicações - AFPC

Biblioteca Nacional de Portugal

### Documentação dos órgãos de soberania e da administração central

*Diário da Câmara dos Deputados*

*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*

*Diário do Governo*

*Diário do Senado*

## BIBLIOGRAFIA

AA.VV., *European culture in the Great War. The arts entertainment, and propaganda 1914-1918*, (Edited by) Aviel Roshwald and Richard Stites, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

AA.VV., *História da Primeira República Portuguesa*, (coord.) Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, Lisboa: Tinta da China, Maio de 2009.

BALFOUR, A.J., *O Bloqueio Britânico*, Londres: Eyre and Spottiswood, Limited, 1915.

*Cabos submarinos partindo dos Açores*, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

CORSÉPIUS, YOLANDA, “A Deutsche Atlantische Telegraphengesellschaft (DAT), a sua influência e a de outras companhias de cabos submarinos na vida e na projecção internacional do Faial” *O Porto da Horta na História do Atlântico. O tempo dos cabos submarinos*, Horta: Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, s/d.

GILBERT, MARTIN, *Winston Churchill*, Lisboa: Bertrand Editora, Setembro de 2005.

PRB2

Servicio de Publicaciones y Difusión Científica  
UNIVERSIDAD DE LAS PALMAS  
DE GRAN CANARIA  
Prueba de maquetación



- HEADRICK DANIEL R., *The Invisible Weapon. Telecommunications and International Politics*, New York/Oxford: Oxford University Press, 1991.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Colecção de Tratados, Convenções e Actos Públicos entre Portugal e as mais Potências*, Nova Série, vol..I 1914-1919, s/l: Imprensa Nacional, 1970.
- PIRES, ANA PAULA, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010.
- PONCE MARRERO, FRANCISCO JAVIER, *Canarias en la Gran Guerra, 1914-1918: estrategia y diplomacia. Un estudio sobre la política exterior de España*, Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo de Gran Canaria, 2006.
- ROLLO, MARIA FERNANDA, *História das Telecomunicações em Portugal. Da Direcção Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom*, com a colaboração de Ana Paula Pires, Maria Inês Queiroz e João Moreira Tavares, Lisboa: Tinta da China, 2009.
- ROLLO, MARIA FERNANDA, e PIRES, ANA PAULA, *O Plano de 1937 e a modernização dos CTT*, Lisboa: Fundação Portugal Telecom, 2010.
- ROLLO, MARIA FERNANDA e QUEIROZ, MARIA INÊS, *Marconi em Lisboa. Portugal na rede mundial de T.S.F.*, Lisboa: Fundação Portugal Telecom, 2007.
- ROLLO, MARIA FERNANDA (Coord), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa: Assembleia da República, 2015
- SILVA, ANA PAULA, *A Introdução das Telecomunicações Eléctricas em Portugal: 1855-1939*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2007. Dissertação de doutoramento, texto policopiado.
- TELO, ANTÓNIO JOSÉ, *Os Açores e o controlo do Atlântico*, Lisboa: Edições Asa, 1993.
- Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As negociações diplomáticas até à declaração de Guerra*, Tomo I, Lisboa: Imprensa Nacional, 1997.

